



## EXPEDIENTE

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO RIO DE JANEIRO**

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

**1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

MARCELO LEÃO ALVES

**2ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

PALOMA ARAÚJO LAMEGO

**ASSESSORIA ESPECIAL**

ANDRE LUIS MACHADO DE CASTRO

**ASSESSORIA JURÍDICA**

FABIANO PINTO DE MAGALHÃES

ELISA COSTA CRUZ

**CHEFIA DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

CRISTIANE MELLO DE MEDEIROS VARGAS

**CORREGEDORIA-GERAL**

NILTON MANOEL HONORIO

**DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

JOSE AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

**OUVIDORIA-GERAL**

GUILHERME PIMENTEL SPREAFICO BRAGA

**ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

ANDREIA HELENA CONDE FALCAO RIBEIRO

PATRÍCIA DE SOUZA FIGUEIREDO

**ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL**

ANDREA ISSA AVILA VIEIRALVES MARTINS

ALESSANDRA PINTO FERNANDES

MARIANA DA ROCHA VIEGAS

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO**

ADRIANA SILVA DE BRITTO

**SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

ALEXANDRE DE CARVALHO RODRIGUES ROMO

**SECRETARIA DE ENGENHARIA**

LUCIENE TORRES PEREIRA

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

VIVIANE ALÓ DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

JULIA VIEIRA MAINIER DE OLIVEIRA

**SUBCORREGEDORIA-GERAL**

FRANKLYN ROGER ALVES SILVA

## SUMÁRIO

- 2 DEFENSOR PÚBLICO GERAL - DPGE
- 5 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL - 1SUB
- 5 CORREGEDORIA GERAL - CG
- 5 SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SECOF

## ACESSE NOSSOS CANAIS

[www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)

21 97131-4942

[/defensoriapublicariodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicariodejaneiro)

Sede: 21 2332-6224

[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)[www.defensoria.rj.def.br/  
cidadao/atendimento-on-line](http://www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line)[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)

0800 282 2279



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 22.06.2020

**Referência:** Processo nº E-20/001.002293/2020

### **RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 12 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

#### **ESTABELECE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA DESMOBILIZAÇÃO GRADUAL DA QUARENTENA PELA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E RETORNO DAS ATIVIDADES NAS SEDES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO RIO DE JANEIRO.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL e o SUBCORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO:**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado;

- a necessidade de adoção de medidas para possibilitar a desmobilização da quarentena imposta pela Pandemia do Coronavírus (COVID-19), que deverá ser realizada de forma gradual, com o retorno das atividades presenciais nos órgãos de atuação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro;

- a necessidade de se implantar um protocolo com recomendações a serem seguidas pelos órgãos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, visando a assegurar mais segurança à equipe e aos usuários, garantindo a prevenção e o controle da circulação do vírus;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Esta Resolução destina-se a regulamentar o retorno das atividades presenciais nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em todas as comarcas.

**Art. 2º** - A preparação das sedes da Defensoria Pública para a retomada das atividades presenciais envolverá a adoção das seguintes medidas de prevenção e segurança:

I – realização de estudo técnico e instalação de placas de acrílico ou de barreira física nas recepções e postos de atendimento;

II – disponibilização de álcool em gel 70% ou equivalente profilático, fixando-se dispensadores em locais visíveis e preferencialmente nas entradas e ao lado dos balcões de atendimento;

III – instalação de fitas de segurança ou equivalente para isolamento dos assentos indisponíveis para uso;

IV – fornecimento de 4 (quatro) máscaras laváveis e reutilizáveis a cada membro da equipe em atividade presencial;

V – fornecimento de máscaras descartáveis que, em situações excepcionais, serão cedidas às (aos) usuárias (os) dos serviços da Defensoria Pública que necessitem de atendimento de urgência presencial e não possuam equipamento de proteção individual;

VI – elaboração e instalação de material de comunicação sobre as formas de prevenção ao coronavírus e sobre o protocolo de atendimento seguro;

VII – capacitação das equipes terceirizadas;

VIII – manutenção dos locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionado revisados e limpos;

IX – fornecimento de sabonete líquido e papel toalha descartável para os banheiros;

X – fornecimento de lixeira com tampa e pedal para os banheiros e áreas de refeição dos órgãos da Defensoria Pública.

**Art. 3º** - Todos os órgãos da Defensoria Pública deverão adotar, na retomada das atividades presenciais, o seguinte protocolo de segurança sanitária:

I – manter distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre pessoas durante o atendimento e a espera;

II – usar máscaras de proteção no interior dos órgãos da Defensoria Pública;

III - respeitar a distância de pelo menos 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre integrantes da equipe dentro da mesma sala;

IV – orientar o uso de máscaras de proteção no interior das sedes da Defensoria Pública, bem como evitar o comparecimento ao atendimento presencial com acompanhantes ou levando crianças;

V – somente realizar o atendimento ao público nas mesas e postos de atendimento nos quais foram instaladas as barreiras físicas;

VI – não compartilhar material ou equipamento entre integrantes da equipe;





VII – limitar o acesso para evitar aglomeração e disponibilizar, sempre que possível e se as condições climáticas permitirem, espaço externo para área de espera.

**Parágrafo único.** Cabe às defensoras (es) e servidoras (es) colaborarem na verificação da observância do protocolo de higienização pelas equipes de limpeza, bem como do uso do equipamento de proteção individual completo pelas equipes terceirizadas que trabalham na Defensoria Pública, devendo o descumprimento ser comunicado à fiscalização do contrato pelo e-mail [asserv@defensoria.rj.def.br](mailto:asserv@defensoria.rj.def.br).

**Art. 4º -** O retorno das atividades presenciais nas unidades da Defensoria Pública no Estado do Rio de Janeiro se dará em três fases, podendo haver alteração das datas definidas para a implementação, de acordo com as condições epidemiológicas e informações estratégicas em saúde de cada município.

**Art. 5º - A primeira fase,** que compreenderá o período de 06/07/2020 a 26/07/2020, será destinada ao trabalho interno das equipes nos órgãos de atuação, devendo ser obedecidas as seguintes regras:

I - o atendimento continuará a ser realizado, prioritariamente, de forma remota, devendo ser informado à Central de Relacionamento com o Cidadão, pelo e-mail [crc@defensoria.rj.def.br](mailto:crc@defensoria.rj.def.br), os canais de contato do órgão;

II – somente será realizado atendimento presencial no caso de urgência que não possa aguardar a modalidade remota; ou de quem que não disponha de acesso a recursos tecnológicos; ou ainda nas hipóteses de extrema vulnerabilidade, aferida pelo defensor público;

III – cada defensor(ra) público(a) fará a escala de trabalho presencial da sua equipe, comunicando-a à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar;

IV – as defensoras(es) públicas(os) que trabalhem em órgãos que dividem a mesma sede física poderão estabelecer em conjunto uma escala de trabalho presencial, a ser comunicada à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar, observando-se o limite máximo de 25% de todas as pessoas trabalhando presencialmente em cada dia;

V - os órgãos que não dividem espaço físico deverão respeitar o limite máximo de 25% de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia, havendo a presença, ao menos, de um defensor público ou um servidor;

VI - as equipes permanecerão, no máximo, 5 (cinco) horas na unidade da Defensoria Pública, mantendo-se equipes em trabalho remoto ao longo de todo o expediente fixado na Resolução nº 896, de 03 de outubro de 2017.

**§1º -** As equipes das empresas terceirizadas não serão computadas para fins de cálculo do percentual dos incisos IV e V.

**§2º -** Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, se a equipe do órgão não estiver trabalhando presencialmente, caberá a quem estiver no local, segundo a escala prevista no inciso IV, prestar o primeiro atendimento e encaminhar o caso à defensora(r) pública(o) com atribuição para adoção das medidas pertinentes.

**§3º -** Os órgãos da Defensoria Pública localizados no interior de sedes do Poder Judiciário permanecerão exclusivamente em trabalho remoto até o dia 12 de julho de 2020, podendo haver antecipação para a regra do *caput* após tratativas com a Presidência do Tribunal de Justiça.

**§4º -** Durante a primeira fase, sem prejuízo do atendimento via Central de Relacionamento com o Cidadão (129) e de canais criados pelo órgão de atuação, os Polos de Atendimento Remoto, previstos na Resolução Conjunta nº 05, de 19 de março de 2020, permanecerão funcionando exclusivamente para recepção e encaminhamento ao defensor público natural, com a divisão geográfica a ser estabelecida em ato posterior.

**§5º -** Nessa fase, permanecerão suspensos os atendimentos no interior das unidades prisionais e de socioeducação, mantidos, se possível, os métodos remotos que garantam a informação da situação processual das pessoas privadas de liberdade.

**§6º -** Excepcionalmente, é facultado o atendimento presencial nas unidades prisionais e de socioeducação, com estrita observância do protocolo sanitário previsto nesta Resolução, quando imprescindíveis à apuração da prática de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, na forma da Resolução nº 932, de 26 de junho de 2018.

**Art. 6º - A segunda fase,** que terá início em 27 de julho de 2020 e duração por prazo indeterminado, será destinada ao retorno agendado do atendimento presencial, devendo ser obedecidas as seguintes regras:

I - o atendimento será mantido, preferencialmente, pelas vias remotas já existentes;

II - o atendimento presencial será realizado somente mediante agendamento via Central de Relacionamento com o Cidadão, ou pelo próprio órgão, salvo no caso de urgência que não possa aguardar a modalidade remota; ou quando a pessoa a ser atendida não dispuser de acesso a recursos tecnológicos; ou nas hipóteses de extrema vulnerabilidade, aferida pelo(a) defensor(ra) público(a);

III - os agendamentos deverão ser dimensionados em atenção às regras de distanciamento mínimo, escalonados ao longo do horário de funcionamento dos órgãos e registrados na pauta do Sistema Verde, evitando concentração de pessoas no mesmo horário;

IV – cada defensor(ra) público(a), observado o protocolo de distanciamento, fará a escala da sua equipe, a ser enviada à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar, mantendo-se 50% de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia;



DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 113 / 2020

Publicação: Terça-Feira, 23 de Junho de 2020

V - as equipes de cada órgão permanecerão, no mínimo, 5 (cinco) horas na unidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com atendimento ao público, mantendo-se equipes em trabalho remoto ao longo de todo o expediente fixado na Resolução n.º. 896, de 03 de outubro de 2017.

**§1º** - Se o espaço físico do órgão não permitir a presença de 50% da equipe com respeito ao protocolo de distanciamento, será estabelecido um rodízio no trabalho presencial, a ser comunicado à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar.

**§2º** - O atendimento no interior das unidades prisionais e de socioeducação será retomado se o ambiente disponibilizado atender à regra do art. 2º desta Resolução, sendo o respectivo protocolo elaborado pelas Coordenações de Defesa Criminal, de Infância e Juventude, do Núcleo de Audiência de Custódia, do NUSPEN e da CDEDICA em conjunto com as(os) defensoras(es) públicas(os) designados, observada a preferência do inciso I deste dispositivo.

**Art. 7º** - A **terceira fase**, que terá início quando declarado o fim da pandemia, se dará com o retorno de todos (as) os (as) defensores públicos (as), servidores (as), residentes e estagiários (as) ao trabalho presencial e sem escala.

**Art. 8º** - Até 31 de julho de 2020, permanecerão em trabalho remoto as pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, com obesidade mórbida, cardiopatas graves (insuficiência cardíaca, infartados, revascularizados, portadoras de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada), pneumopatas graves (dependentes de oxigênio, portadoras de asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica), imunodeprimidas, portadoras de doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5), diabéticas, gestantes e lactantes de crianças até 24 (vinte e quatro) meses de vida.

**§1º** - Todas as condições, à exceção da etária, dependerão de comprovação por atestado médico, a ser encaminhado à Perícia Médica e à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública pelo e-mail [seccg@defensoria.rj.def.br](mailto:seccg@defensoria.rj.def.br).

**§2º** - No caso de estagiárias (os) e residentes jurídicos que se encontrem em alguma das situações do *caput*, a comprovação de sua condição deve ser dirigida à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica pelo e-mail [coerj@defensoria.rj.def.br](mailto:coerj@defensoria.rj.def.br).

**§3º** - A Corregedoria-Geral analisará hipóteses justificantes da inclusão em trabalho remoto não incluídas no *caput*, mediante requerimento fundamentado da pessoa interessada e oitiva da Coordenadoria de Movimentação, Coordenação Regional, Perícia Médica ou outros setores pertinentes ao caso.

**§4º** - Na hipótese do parágrafo anterior, se o requerimento for formulado por estagiários(os) ou residentes, deverá ser encaminhado à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica, a qual caberá sua análise.

**§5º** - Aquelas pessoas que se enquadrarem nas hipóteses do *caput*,

apesar de não se deslocarem ao órgão de atuação para atendimento presencial, manterão íntegras suas atribuições de forma remota, contando com o apoio de sua equipe local.

**§6º** - Quando, nas hipóteses do *caput*, houver a necessidade de atendimento presencial que não possa ser realizado pela equipe local ou de comparecimento a audiência na sede do juízo, essas atribuições serão exercidas pelo órgão tabelar.

**§7º** - Nas hipóteses do *caput*, se houver designação para comparecimento à audiência presencial e o(a) defensor(a) público(a) verificar a impossibilidade de sua participação por meio eletrônico, deverá comunicar ao juízo a necessidade de intimação do órgão tabelar.

**Art. 9º** - Para fins de monitoramento sanitário, todos os atendimentos presenciais no órgão de atuação serão registrados na pauta diária do Sistema VERDE, solicitando-se os dados de contato das pessoas atendidas.

**Art. 10** - As(os) defensoras(es) pública(os) somente participarão de audiências presenciais se observados o distanciamento adequado, o limite máximo de pessoas no mesmo ambiente de acordo com suas dimensões e o uso de máscaras por todos os participantes do ato.

**Parágrafo único.** Constatada a inadequação da sala de audiências, o(a) defensor(a) público(a) deverá informar ao juízo as razões da sua recusa à participação no ato judicial, comunicando-se o fato, em seguida, à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

**Art. 11** - Os porteiros, vigilantes ou quem a chefia imediata indicar indagarão se a(o) usuária(o) do serviço da Defensoria Pública está com febre, sintomas de doenças respiratórias ou gripe e, em caso positivo, poderão restringir o acesso às dependências da Defensoria Pública.

**Art. 12** - Se a(o) integrante da Defensoria Pública apresentar sinais de febre, tosse seca, falta de paladar ou dificuldade respiratória, deverá comunicar de imediato o fato à Corregedoria-Geral ou à Secretaria de Gestão de Pessoas e permanecer em isolamento e trabalho remoto por 14 (quatorze) dias a contar do início dos sintomas.

**Parágrafo único.** Também permanecerá em isolamento e trabalho remoto, por igual período, quem mantiver contato próximo com qualquer pessoa que tenha testado positivo para a covid-19, contado o afastamento a partir do último dia de contato, devendo o fato ser comunicado de imediato à Corregedoria-Geral ou à Secretaria de Gestão de Pessoas.

**Art. 13** - Ficam suspensas na primeira e na segunda fases:

I - as viagens a serviço;

II - as atividades presenciais relacionadas a capacitações, treinamentos e eventos realizados pelo CEJUR ou por quaisquer outros órgãos da Defensoria;





DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 113 / 2020

Publicação: Terça-Feira, 23 de Junho de 2020

III - as participações presenciais em treinamentos, congressos e eventos promovidos por quaisquer outras entidades.

**Art. 14** - O regime de trabalho presencial das unidades administrativas será estabelecido pelas chefias imediatas, devendo respeitar o limite máximo de 50% a partir de 29 de junho de 2020.

**Art. 15** - Havendo necessidade, a Defensoria Pública poderá retornar ao regime de atendimento inteiramente remoto em todos os órgãos, caso sobrevenha o recrudescimento da crise sanitária, nova onda de infecção generalizada pela covid-19 ou recomendação das autoridades sanitárias.

**Art. 16** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2020.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**FRANKLYN ROGER ALVES SILVA**

Subcorregedor-Geral da Defensoria Pública

Id: 202000811 - Protocolo: 0404371

## 1º Subdefensor Público Geral - 1SUB

### Extrato de Termo Aditivo

| De 22.06.2020

**Referência:** Processo nº E-20/001.002511/2018**INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2018.**PARTES:** DPRJ E PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA

**OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 26/2018, relativo a prestação de serviços de manutenção da cessão de uso do Sistema Sophia Biblioteca Avançada, englobando suporte “help desk”, bem como atualizações do produto, com fundamento no art. 57, inciso II, e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Cláusula Décima Primeira do contrato.

**VALOR DO TERMO ADITIVO:** R\$ 9.144,00 (nove mil e cento e quarenta e quatro reais)

**DATA DA ASSINATURA:** 19/06/2020**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar de **08 de agosto de 2020****FUNDAMENTO:** Processo nº E-20/001.002511/2018

Id: 202000808 - Protocolo: 0404462

## Corregedoria Geral - CG

### Aviso Geral

| De 19.06.2020

**Referência:** Processo nº E-20/001.007075/2019

Considero aprovado no estágio probatório o servidor **FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA**.

Id: 202000809 - Protocolo: 0402859

## Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF

### Portaria

| De 22.06.2020

**Referência:** Processo nº E-20/001.003755/2020

### PORTARIA NUCONT/DCLC/DPRJ Nº 38/2020

#### INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO A APURAÇÃO DE FALTA CONTRATUAL E EVENTUAL APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS

Considerando a delegação de competência do Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro prevista na Resolução DPGE nº 964 de 08 de janeiro de 2019 e a informação prestada no processo E-20/001.003755/2020, por meio da Comunicação Interna DPGERJ/ASSSERV/Nº12/2020, na qual se aponta um descumprimento processual considerando que a CND estadual está positiva de débitos, referente ao contrato 60/2019, celebrado entre a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - DPRJ e a sociedade empresária Prisma Gestão e Segurança de Serviços LTDA, a Secretária de Orçamento e Finanças, Dra. Júlia Vieira Mainier de Oliveira, no uso das suas atribuições legais conferidas, **DETERMINA** a instauração de





procedimento administrativo para apurar eventual falta contratual e aplicar as sanções administrativas cabíveis.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Id: 202000810 - Protocolo: 0404471



## EXPEDIENTE

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO RIO DE JANEIRO**

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

**1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

MARCELO LEÃO ALVES

**2ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

PALOMA ARAÚJO LAMEGO

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

MARINA LOWENKRON DE MARTINO TOSTES

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO SOCIAL**

MARIA CARMEN FERREIRA LEITE MIRANDA DE SA

**ASSESSORIA JURÍDICA**

PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE

**CHEFIA DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

ISABELA MONTEIRO MENEZES

**CORREGEDORIA-GERAL**

KATIA VARELA MELLO

**DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

JOSE AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

**OUVIDORIA-GERAL**

GUILHERME PIMENTEL SPREAFICO BRAGA

**ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

LUIS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

DENISE FIREMAND OLIVEIRA

**ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL**

SONIA MARIA ARRUDA GONÇALVES NUNES

ALESSANDRA PINTO FERNANDES

MARIANA DA ROCHA VIEGAS

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO**

ADRIANA SILVA DE BRITTO

**SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

MARLON VINÍCIUS DE SOUZA BARCELLOS

**SECRETARIA DE ENGENHARIA**

LUCIENE TORRES PEREIRA

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

VIVIANE ALÓ DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

JULIA CHAVES DE FIGUEIREDO

**SUBCORREGEDORIA-GERAL**

SIMONE MARIA SOARES MENDES

## SUMÁRIO

- 2 DEFENSOR PÚBLICO GERAL - DPGE
- 8 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL - 1SUB
- 9 SECRETARIA DE LOGÍSTICA - SECLOG
- 9 COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO - COMOV
- 10 COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

## ACESSE NOSSOS CANAIS

[www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)

21 97131-4942

[/defensoriapublicariodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicariodejaneiro)

Sede: 21 2332-6224

[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)[www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line](http://www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line)[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)

0800 282 2279



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 16.07.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

### **RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 28 DE 16 DE JULHO DE 2021**

**DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES GERAIS E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS SEDES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DISCIPLINA SUAS FASES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL** e a **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado,
- a essencialidade do serviço público de acesso à justiça prestado pela Defensoria Pública, sobretudo diante do aumento dos grupos vulneráveis e agravamento de diversas situações de vulnerabilidade, decorrentes da pandemia e de seus impactos socioeconômicos,
- o caráter dinâmico e evolutivo das medidas relacionadas ao enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19,
- a obrigatoriedade da adoção de medidas voltadas à contenção da propagação da COVID-19;
- a conveniência de atualização do protocolo com recomendações a serem seguidas pelos órgãos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, visando a assegurar mais segurança à equipe e aos usuários, garantindo a prevenção e o controle da circulação do vírus;
- a necessidade de adoção de medidas para autorizar o retorno gradual às atividades presenciais pelos integrantes da Defensoria Pública que compõem o grupo de risco por contágio da COVID-19 e que foram contemplados no calendário oficial de vacinação,
- o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 no estado do Rio de Janeiro,
- por fim, o que consta no Procedimento SEI nº E-20/001.000284/2021;

#### **RESOLVEM:**

#### **TÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Esta Resolução destina-se a regulamentar o retorno das atividades presenciais nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em todas as comarcas, adequando-se à realidade sanitária e epidemiológica vigente, mantido o retorno das atividades presenciais de forma gradual e sistematizada.



**Art. 2º.** Para fins desta Resolução, consideram-se:

I – integrantes: defensoras (es), servidoras (es), residentes, estagiárias (os) e funcionárias (os) terceirizadas (os) da Defensoria Pública;

II – usuários (as) externos (as): público externo;

III – grupo de risco: pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, com obesidade mórbida, cardiopatas graves (insuficiência cardíaca, infartados, revascularizados, portadoras de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada), pneumopatas graves (dependentes de oxigênio, portadoras de asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica), imunodeprimidas, portadoras de doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5), diabéticas, gestantes e lactantes de crianças até 24 (vinte e quatro) meses de vida e as pessoas com deficiência visual.

## **TÍTULO II**

### **DO PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS**

#### **Capítulo I**

##### **Das Diretrizes**

**Art. 3º.** São diretrizes do Plano de Retomada das Atividades presenciais:

I - o retorno progressivo das atividades presenciais, escalonado em fases (fase 1, fase 1 mitigada, fase 2 e fase 3);

II - a possibilidade de prorrogação ou retorno às fases anteriores em atenção às recomendações de saúde pública no combate à COVID-19;

III - a possibilidade de adaptação às normas de cada município ou região de saúde, respeitadas as características territoriais da evolução do combate à pandemia;

IV - a vedação à aglomeração de pessoas nos prédios da Defensoria Pública;

V - o incremento de campanhas informativas sobre as medidas de precaução e higiene necessárias ao combate à COVID-19.

#### **Capítulo II**

##### **Dos protocolos de segurança sanitária para prevenção à disseminação da COVID-19**

**Art. 4º.** Todos os órgãos da Defensoria Pública deverão manter os seguintes protocolos de segurança sanitária:

I – distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre pessoas durante o atendimento e a espera;

II – uso de máscaras de proteção no interior dos órgãos da Defensoria Pública;

III – atendimento ao público nas mesas e postos de atendimento nos quais foram instaladas as barreiras físicas;

IV – não compartilhamento de material ou equipamento entre integrantes da equipe;

V – limitação do acesso para evitar aglomeração e disponibilizar, sempre que possível e se as condições climáticas permitirem, espaço externo para área de espera;

VI - disponibilização de álcool em gel 70% ou equivalente profilático, fixando-se dispensadores em locais visíveis e preferencialmente nas entradas e ao lado dos balcões de atendimento;

VII - instalação de fitas de segurança ou equivalente para isolamento dos assentos indisponíveis para uso;

VIII - elaboração e instalação de material de comunicação sobre as formas de prevenção ao coronavírus e sobre o protocolo de atendimento





seguro;

IX - o controle de acesso na entrada das sedes da Defensoria Pública contará com medição de temperatura dos usuários internos e externos, a qual deverá ser efetuada pelo agente de portaria, vigilante ou recepcionista.

§1º. A submissão a teste de temperatura corporal e a assepsia das mãos são obrigatórias aos usuários internos e externos para ingresso e permanência nas sedes da Defensoria Pública, restando vedado o ingresso de pessoas que apresentem alteração da temperatura corporal (temperatura igual ou superior a 37,5°C) ou que se recusem a se submeter à aferição de temperatura corporal.

§2º. Os porteiros, vigilantes ou quem a chefia imediata indicar indagarão se a(o) usuária(o) do serviço da Defensoria Pública está com febre, sintomas de doenças respiratórias ou gripe e, em caso positivo, poderão restringir o acesso às dependências da Defensoria Pública.

**Art. 5º.** É vedada a permanência em qualquer unidade da Defensoria Pública sem o uso adequado de máscara.

**Art. 6º.** Cabe às (aos) defensoras (es) e servidoras (es) colaborarem na verificação da observância do protocolo de higienização pelas equipes de limpeza, bem como do uso do equipamento de proteção individual completo pelas equipes terceirizadas que trabalham na Defensoria Pública, devendo o descumprimento ser comunicado à fiscalização do contrato pelo e-mail [asserv@defensoria.rj.def.br](mailto:asserv@defensoria.rj.def.br).

**Art. 7º.** Independentemente da vacinação contra COVID-19, permanecerão aplicáveis e obrigatórios os protocolos de segurança sanitária adotados pela Defensoria Pública a todos os seus integrantes, conforme art. 4º, bem como as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias.

### Capítulo III

#### Do monitoramento interno dos casos de Covid-19

**Art. 8º.** Se a(o) integrante da Defensoria Pública apresentar sinais de febre, tosse seca, falta de paladar ou dificuldade respiratória, deverá comunicar de imediato o fato à Corregedoria-Geral ou à Secretaria de Gestão de Pessoas e permanecer em isolamento e trabalho remoto por 14 (quatorze) dias a contar do início dos sintomas.

**Parágrafo único.** Também permanecerá em isolamento e trabalho remoto, por igual período, quem mantiver contato próximo com qualquer pessoa que tenha testado positivo para a Covid-19, contado o afastamento a partir do último dia de contato, devendo o fato ser comunicado de imediato à Corregedoria-Geral ou à Secretaria de Gestão de Pessoas.

### TÍTULO III

#### DAS FASES DO PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA

**Art. 9º -** As atividades presenciais nas unidades da Defensoria Pública no Estado do Rio de Janeiro serão regulamentadas em fases distintas (fase 1, fase 1 mitigada, fase 2 e fase 3), de acordo com a avaliação do cenário epidemiológico e respectiva classificação pelo Comitê de Gestão de Crise, podendo haver alteração das datas definidas para a implementação, conforme as condições epidemiológicas e informações estratégicas em saúde de cada região de saúde.

**Art. 10 - A fase 1** é destinada precipuamente ao trabalho interno das equipes nos órgãos de atuação, devendo ser obedecidas as seguintes regras:

I - o atendimento continuará a ser realizado, prioritariamente, de forma remota, devendo ser informado à Central de Relacionamento com o Cidadão, pelo e-mail [crcc@defensoria.rj.def.br](mailto:crcc@defensoria.rj.def.br), os canais de contato do órgão;

II - somente será realizado atendimento presencial no caso de urgência que não possa aguardar a modalidade remota; de quem não disponha de acesso a recursos tecnológicos; ou ainda nas hipóteses de extrema vulnerabilidade, aferida pelo(a) defensor(a) público(a);

III - cada defensor(a) público(a) fará a escala de trabalho presencial da sua equipe, comunicando-a à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar;

IV - as defensoras(es) públicas(os) que trabalhem em órgãos que dividem a mesma sede física poderão estabelecer em conjunto uma escala de trabalho presencial, a ser comunicada à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar, observando-se o limite máximo de 25% de todas as pessoas trabalhando presencialmente em cada dia;



V - os órgãos que não dividem espaço físico deverão respeitar o limite máximo de 25% de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia, havendo a presença, ao menos, de um defensor público ou um servidor;

VI - as equipes permanecerão, no máximo, 5 (cinco) horas na unidade da Defensoria Pública, mantendo-se equipes em trabalho remoto ao longo de todo o expediente fixado na Resolução nº 896, de 03 de outubro de 2017.

**§1º.** As equipes das empresas terceirizadas não serão computadas para fins de cálculo do percentual dos incisos IV e V.

**§2º.** Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, se a equipe do órgão não estiver trabalhando presencialmente, caberá a quem estiver no local, segundo a escala prevista no inciso IV, prestar o primeiro atendimento e encaminhar o caso à(ao) defensora(o) pública(o) com atribuição para adoção das medidas pertinentes.

**Art. 11 - A fase 1 mitigada** configura situação intermédia entre as fases 1 e fase 2, permanecendo aplicáveis as disposições previstas em relação à fase 1, conforme art. 10, entretanto, será permitido o atendimento presencial agendado via Central de Relacionamento com o Cidadão, ou pelo próprio órgão.

**Art. 12 - A fase 2** contempla o retorno agendado do atendimento presencial, devendo ser obedecidas as seguintes regras:

I - o atendimento será mantido, preferencialmente, pelas vias remotas já existentes;

II - o atendimento presencial será realizado somente mediante agendamento via Central de Relacionamento com o Cidadão, ou pelo próprio órgão, salvo no caso de urgência que não possa aguardar a modalidade remota; ou quando a pessoa a ser atendida não dispuser de acesso a recursos tecnológicos; ou nas hipóteses de extrema vulnerabilidade, aferida pelo(a) defensor(a) público(a);

III - os agendamentos deverão ser dimensionados em atenção às regras de distanciamento mínimo, escalonados ao longo do horário de funcionamento dos órgãos e registrados na pauta do Sistema Verde, evitando concentração de pessoas no mesmo horário;

IV - cada defensor(a) público(a), observado o protocolo de distanciamento, fará a escala da sua equipe, a ser enviada à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar, mantendo-se 50% de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia;

V - as equipes de cada órgão permanecerão, no mínimo, 5 (cinco) horas na unidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com atendimento ao público, mantendo-se equipes em trabalho remoto ao longo de todo o expediente fixado na Resolução nº. 896, de 03 de outubro de 2017.

**Parágrafo único.** Se o espaço físico do órgão não permitir a presença de 50% da equipe com respeito ao protocolo de distanciamento, será estabelecido um rodízio no trabalho presencial, a ser comunicado à Corregedoria-Geral no prazo que esta fixar.

**Art. 13.** O regime de trabalho presencial das unidades administrativas será estabelecido pelas chefias imediatas, devendo respeitar o limite máximo de 50% (cinquenta por cento).

**Art. 14. A fase 3** se dará com o retorno de todos (as) os (as) defensores (as) públicos (as), servidores (as), residentes e estagiários (as) ao trabalho presencial e sem escala, quando:

I - declarado o fim da pandemia; ou

II - por decisão conjunta do Defensor Público-Geral e da Corregedoria-Geral, considerados o estágio de disseminação da pandemia e a existência de condições sanitárias favoráveis.

**Parágrafo único.** Na hipótese prevista no *caput*, deverão ser mantidas medidas que assegurem a observação de orientações sanitárias que porventura persistam, da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério da Saúde sobre prevenção à disseminação do novo coronavírus (Covid-19).

**Art. 15.** A duração das fases será estabelecida pelo Comitê de Gestão de Crise e poderá ser prorrogada, bem como poderá haver retorno às etapas anteriores em atenção ao cenário epidemiológico e às recomendações de autoridades de saúde pública para combate à pandemia de Covid-19.

**Art. 16.** Eventual abrandamento ou agravamento da pandemia da COVID-19, em função de evidências epidemiológicas, poderá ensejar a





revisão dos percentuais das etapas do Plano de Retomada das Atividades Presenciais ou o fechamento de unidades específicas, medidas que serão adotadas por meio de ato específico.

## TÍTULO IV

### DO RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS PELOS INTEGRANTES DO GRUPO DE RISCO

#### Capítulo I

##### Do período para retorno

**Art. 17.** Em todas as fases do Plano de Retomada, fica determinado o retorno ao regime de trabalho presencial dos(as) integrantes da Defensoria Pública que compõem o grupo de risco por contágio, conforme art. 2º, inciso III, e tenham sido contemplados(as) com as doses necessárias das vacinas contra o novo coronavírus (Covid-19) disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, da seguinte forma:

I - vacina **CORONAVAC/BUTANTAN**: transcurso do prazo de **14 (quatorze) dias** da administração da **2ª (segunda) dose**.

II - vacina **OXFORD/ASTRAZENECA/FIOCRUZ**: transcurso do prazo de **14 (quatorze) dias** da administração da **2ª (segunda) dose**.

III - vacina **PFIZER/BIONTECH**: transcurso do prazo de **7 (sete) dias** da administração da **2ª (segunda) dose**.

IV - vacina **JANSSEN**: transcurso do prazo de 14 (quatorze) dias da vacinação.

**Parágrafo único.** Na hipótese da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autorizar temporariamente o uso emergencial de outras vacinas em desenvolvimento para enfrentamento à Covid-19, a data para retorno ao trabalho presencial do grupo de risco será estabelecida a partir do prazo médio para possível resposta imune, a ser indicado pelos desenvolvedores.

#### Capítulo II

##### Das contraindicações e casos excepcionais

**Art. 18.** Os(as) integrantes da Defensoria Pública que compõem o grupo de risco, se impossibilitados(as) de se vacinarem contra a COVID-19, por motivos de saúde, poderão permanecer em trabalho remoto, apresentando atestado médico de contraindicação explícita da aplicação das vacinas conforme Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde ou indicação médica específica devidamente justificada.

**Parágrafo único.** A comprovação por atestado médico de impossibilidade deverá ser encaminhada à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública pelo e-mail [secg@defensoria.rj.def.br](mailto:secg@defensoria.rj.def.br), que o submeterá ao NUPMED.

**Art. 19.** Os(as) integrantes da Defensoria Pública, que compõem o grupo de risco e já foram vacinados(as), que tiverem **contraindicação ao retorno do trabalho presencial comprovada por intermédio de laudo médico**, poderão formular requerimento de prorrogação do trabalho remoto à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública pelo e-mail [secg@defensoria.rj.def.br](mailto:secg@defensoria.rj.def.br).

**§1º.** O laudo médico a ser apresentado deverá ser atual, sem rasuras, contendo a contraindicação explícita do retorno ao trabalho presencial mesmo após a vacinação, assinatura do médico e carimbo com nome e CRM legíveis ou com certificação digital.

**§2º.** A Corregedoria-Geral analisará o pedido após oitiva da Coordenadoria de Movimentação, Perícia Médica ou outros setores pertinentes ao caso.

**§3º.** A prorrogação do trabalho remoto de que trata o *caput* será válida por 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado após formulação de novo requerimento.

**§4º.** Na hipótese deste artigo, se o requerimento for formulado por estagiárias(os) ou residentes, deverá ser encaminhado à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica, a qual caberá sua análise.

**§5º.** Aquelas pessoas que se enquadrarem nas hipóteses do *caput*, apesar de não se deslocarem ao órgão de atuação para atendimento presencial,



manterão íntegras suas atribuições de forma remota, contando com o apoio de sua equipe local.

§6º. Quando, nas hipóteses do *caput*, houver a necessidade de atendimento presencial que não possa ser realizado pela equipe local ou de comparecimento a audiência na sede do juízo, essas atribuições serão exercidas pelo órgão tabelar.

§7º. A Coordenadoria de Movimentação poderá publicar edital para que Defensoras(es) Públicas(os) manifestem interesse em participar, por designação, de audiências presenciais de processos criminais, processos de adolescentes em conflito com a lei em situação de internação, processos envolvendo crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e familiar e de outras de medidas de caráter urgente a serem demonstradas por ocasião do seu agendamento.

§8º. A designação mencionada no parágrafo anterior dependerá que o defensor natural esteja impossibilitado de participar do ato, nos termos do *caput*, e que o órgão tabelar primário também não possa exercer suas funções, em razão da colidência de pautas de audiência de suas atribuições ordinárias.

**Art. 20.** Os(as) integrantes da Defensoria Pública, que compõem o grupo de risco, se **voluntariamente** optarem por não se submeter à vacinação contra o coronavírus, por qualquer motivo, apesar de estarem inseridos(as) em grupos já aptos no município em que residem ou em que exercem suas atividades funcionais, deverão retornar ao trabalho presencial imediatamente após o seu grupo ter sido contemplado no calendário oficial de vacinação.

**Art. 21.** Nas hipóteses de **coabitação de integrantes da Defensoria Pública com pessoas que estão incluídas no grupo de risco por contágio da COVID-19**, o retorno ao trabalho presencial se dará após a vacinação destas, respeitado o transcurso do prazo previsto no art. 17 e respectivos parágrafos ou quando forem contempladas no calendário oficial de vacinação, conforme art. 20.

## TÍTULO V

### DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

**Art. 22.** Diante das condições epidemiológicas, ficam autorizadas:

I - as viagens a serviço;

II - as atividades presenciais relacionadas a capacitações, treinamentos e eventos realizados pelo CEJUR ou por quaisquer outros órgãos da Defensoria, sendo a taxa de ocupação limitada a 30% (trinta por cento) da capacidade, observadas as medidas sanitárias de prevenção;

III - as participações presenciais em treinamentos, congressos e eventos promovidos por quaisquer outras entidades.

**Art. 23.** Na vigência da Fase 2, fica determinada a retomada aos atendimentos presenciais no interior das unidades prisionais e de socioeducação, se o ambiente disponibilizado atender à regra do art. 4º desta Resolução, sendo o respectivo protocolo elaborado pelas Coordenações de Defesa Criminal, de Infância e Juventude, do NUSPEN e da CDEDICA em conjunto com as(os) defensoras(es) públicas(os) designados, observando-se as peculiaridades de cada unidade de privação de liberdade.

§1º. Durante a vigência das fases 1 e 1 mitigada, permanecerá como regra a suspensão dos atendimentos no interior das unidades prisionais e de socioeducação, ficando autorizado, excepcionalmente, o atendimento presencial, com estrita observância do protocolo sanitário previsto nesta Resolução, quando imprescindíveis à apuração da prática de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, na forma da Resolução nº 932, de 26 de junho de 2018 ou quando o(a) Defensor(a) Público(a) entenda necessário realizar o atendimento presencial.

§2º. É permitida a manutenção concomitante dos atendimentos pelas vias remotas já existentes, com vistas a atingir a prestação de assistência jurídica ao maior número de pessoas privadas de liberdade, cabendo às Coordenações compatibilizá-los com os atendimentos presenciais previstos no *caput*.

§3º. Permanecerá aplicável o protocolo de atendimento no interior das unidades socioeducativas previsto na Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 22, de 09 de novembro de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 24.** As(os) defensoras(es) públicas(os) somente participarão de audiências presenciais se observados o distanciamento adequado, o limite máximo de pessoas no mesmo ambiente de acordo com suas dimensões e o uso de máscaras por todos os participantes do ato.





**Parágrafo único.** Constatada a inadequação da sala de audiências, o(a) defensor(a) público(a) deverá informar ao juízo as razões da sua recusa à participação no ato judicial, comunicando-se o fato, em seguida, à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

## TÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 25.** À Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em regime de Plantão Noturno e Diurno permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral n.º 19, de 25 de agosto de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 26.** Aos Núcleos de Audiências de Custódia – NUDAC em atuação junto às três Centrais de Audiências de Custódia (Benfica, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda) permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral n.º 17, de 03 de agosto de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 27.** Ao Núcleo do Programa de DNA permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral n.º 21, de 15 de outubro de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 28.** Os casos omissos serão decididos, em conjunto, pelo Defensor Público-Geral e pela Corregedoria-Geral.

**Art. 29.** Esta Resolução entra em vigor na data de 2 de agosto de 2021 e vigorará enquanto durar a situação de emergência, revogada a Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral n.º 12, de 22 de junho de 2020 e respectivas alterações, bem como as disposições em sentido contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**KATIA VARELA MELLO**

Corregedora-Geral

Id: 202101090 - Protocolo: 0628783

## 1º Subdefensor Público Geral - 1SUB

### Ato de Deferimento

| De 15.07.2021

**Referência:** Processo n.º E-20/001.000140/2018 - Documento Sei! n.º 0625774

#### RECADASTRAMENTO DE CONSIGNATÁRIA, DEFIRO:

E-20/001/1612/2017 - **FINANCEIRA ALFA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

E-20/001/850/2017 - **BANCO BRADESCO S/A**

Id: 202101074 - Protocolo: 0625774

### Extrato de Termo Aditivo

| De 16.07.2021





DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 130 / 2021

Publicação: Segunda-Feira, 19 de Julho de 2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.001193/2019**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2021**PARTES:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e B.P.W.L. INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**OBJETO:** a alteração do caput da **CLÁUSULA QUINTA** do CONTRATO ORIGINAL para substituição do índice de reajuste que passa a ser o IPCA-IBGE.**DATA DA ASSINATURA:** 14/07/2021**VIGÊNCIA:** Os efeitos da alteração prevista na Cláusula Primeira do Termo aditivo retroagem à data da assinatura do CONTRATO ORIGINAL e observarão a sua vigência.**FUNDAMENTO:** artigo 65, inciso II, d, da Lei nº 8.666/93

Id: 202101087 - Protocolo: 0629175

## Secretaria de Logística - SECLOG

### Ato de Designação

| De 16.07.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.011361/2019

**DESIGNA**, sem prejuízo de suas atribuições, os membros da comissão de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato celebrado entre a **DPRJ** e a **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, os servidores **Claudio José Marques Borges**, matrícula nº 975767-5, **Jussanã Souza Reis da Silva**, matrícula 3094864-0 e **Amaury de Araújo Júnior**, matrícula nº 30729008, e como gestor do contrato o servidor Pedro Alexandre Mamedes Manhães, matrícula 969571-9. Todos referentes ao contrato 20/2021, processo administrativo E-20/001.011361/2019.

Id: 202101085 - Protocolo: 0628475

**Referência:** Processo nº E-20/001.006537/2018

**DESIGNA**, sem prejuízo de suas atribuições, os membros da comissão de acompanhamento da execução, e fiscalização da contratação celebrada entre a **DPRJ** e a **FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, as servidoras: Gisele Francisco Nascimento - matrícula nº 30923718, Juliana Veronez Faislon - matrícula nº 30855688 e Mariana Marcelle de Andrade Ferreira - matrícula nº 30693832; e como gestor do contrato André de Carvalho Gomes, matrícula 30948830. Todos referentes ao Processo Administrativo nº E-20/001.006537/2018 (prestação de serviço de motorista). Tornando sem efeito o publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, edição 124/2021 de 09 de julho de 2021, página 04, ID 202101044 - Protocolo: 0617456.

Id: 202101088 - Protocolo: 0624799

**Referência:** Processo nº E-20/001.003817/2019

**DESIGNA**, sem prejuízo de suas atribuições, os membros da comissão de acompanhamento da execução, e fiscalização da contratação celebrada entre a **DPRJ** e a **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, os servidores: Cláudio José Marques Borges - matrícula nº 975.767-5, Mariana Marcelle de Andrade Ferreira - matrícula nº 3069383-2 e Amaury de Araujo Junior - matrícula nº 30729008; e como gestor do contrato André de Carvalho Gomes, matrícula 30948830. Todos referentes ao Processo Administrativo nº E-20/001.003817/2019 (manutenção de veículos).

Id: 202101088 - Protocolo: 0629009





## Coordenação de Movimentação - COMOV

### Ato de Deferimento

| De 16.07.2021

**Referência:** Processo nº E-20/10191/1995 - Interessado(a): SIMONE MARIA SOARES MENDES, matrícula: 8157737

Considerando que a Requerente se encontra exercendo a função de Subcorregedora Geral, não havendo prejuízo para o serviço público, nem para a elaboração do mapa de movimentação, **DEFIRO** o gozo de férias antigas no período 12.08.2021 e 13.08.2021 e no período de 01.09.2021 a 15.09.2021.

Id: 202101089 - Protocolo: 0628987

**Referência:** Processo nº E-20/11067/2002 - Interessado(a): FABIO DE SOUZA SCHWARTZ, matrícula: 8607715

Diante do exposto no Despacho 0627565 e do requerido por meio do documento 0629080, ACOELHO o pedido do ilustre Defensor Público FABIO DE SOUZA SCHWARTZ de RENÚNCIA ao gozo de férias no período de 01.09.2021 a 30.09.2021 (SETEMBRO) e excluo o requerente da tabela.

Id: 202101089 - Protocolo: 0627712

## Coordenação Geral de Programas Institucionais

### Aviso Geral

| De 15.07.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.008446/2019

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCAM** os (as) Exmos.(as) Srs. (as) Defensores (as) Públicos (as) do XXVI Concurso da Carreira Inicial da Defensoria Pública para o evento conforme programação abaixo indicada:

**Dia 30 de julho de 2021, sexta-feira, às 14:00 horas**, consoante programação abaixo indicada:

**Tema:** CEJUR (DCAP) e COGPI - tema atinente ao Curso de Formação, via plataforma do Zoom (link: <https://us02web.zoom.us/j/466084552>).

Referentes ao mesmo curso que foram gravadas disponibilizadas na plataforma do PEC (vide link abaixo).

Solicita-se, que as aulas sejam assistidas, conforme link: <http://moodle.rj.def.br/moodle/course/view.php?id=425>

Id: 202101086 - Protocolo: 0627543



## EXPEDIENTE

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO RIO DE JANEIRO**

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

**1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

MARCELO LEÃO ALVES

**2ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

PALOMA ARAÚJO LAMEGO

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

MARINA LOWENKRON DE MARTINO TOSTES

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO SOCIAL**

MARIA CARMEN FERREIRA LEITE MIRANDA DE SA

**ASSESSORIA JURÍDICA**

PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE

**CHEFIA DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

ISABELA MONTEIRO MENEZES

**CORREGEDORIA-GERAL**

KATIA VARELA MELLO

**DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

JOSE AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

**OUVIDORIA-GERAL**

GUILHERME PIMENTEL SPREAFICO BRAGA

**ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

DENISE FIREMAND OLIVEIRA

LUIS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

**ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL**

SONIA MARIA ARRUDA GONÇALVES NUNES

ALESSANDRA PINTO FERNANDES

MARIANA DA ROCHA VIEGAS

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO**

ADRIANA SILVA DE BRITTO

**SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

MARLON VINÍCIUS DE SOUZA BARCELLOS

**SECRETARIA DE ENGENHARIA**

LUCIENE TORRES PEREIRA

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

VIVIANE ALÓ DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

JULIA CHAVES DE FIGUEIREDO

**SUBCORREGEDORIA-GERAL**

SIMONE MARIA SOARES MENDES

## SUMÁRIO

- 2 DEFENSOR PÚBLICO GERAL - DPGE
- 7 CONSELHO SUPERIOR - CS
- 8 CORREGEDORIA GERAL - CG
- 8 SECRETARIA DE ENGENHARIA - SENG
- 8 SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SECOF

## ACESSE NOSSOS CANAIS

[www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)

21 97131-4942

[/defensoriapublicariodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicariodejaneiro)

Sede: 21 2332-6224

[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)[www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line](http://www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line)[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)

0800 282 2279



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.008407/2021

### **RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1111 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021**

**CRIA, NA ESTRUTURA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO REMOTO ÀS/AOS USUÁRIAS/USUÁRIOS NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO:**

- a necessidade de desenvolvimento de estudos e proposta de regulamentação do atendimento remoto às/aos usuárias/usuários no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- o constante nos autos do processo E-20/001.008407/2021,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica criado Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento de estudos e proposta de regulamentação do atendimento remoto às/aos usuárias/usuários no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º.** O Grupo de Trabalho será composto da seguinte forma:

- 1) 2ª Subdefensoria Pública Geral do Estado (Presidência);
- 2) Corregedoria-Geral;
- 3) Central de Relacionamento com o Cidadão;
- 4) Coordenação Cível;
- 5) Coordenação de Defesa Criminal;
- 6) Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva;
- 7) Coordenação de Defesa dos Direitos da Mulher;
- 8) Coordenação da Infância e Juventude;
- 9) Coordenação de Mediação e Práticas Extrajudiciais;





10) Coordenadoria-Geral do Interior e da Baixada Fluminense;

11) Ouvidoria Geral;

12) Encarregada de Proteção de Dados;

13) Raphaela Jahara Cavalcanti Lima Clemente, matrícula 9696113, Defensora Pública titular da DP junto à 2ª Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso de Macaé;

14) Gabriela Varsano Cherem, matrícula 8527111, Defensora Pública titular do Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Pilares;

15) Flavia Gimenes Neves, matrícula 8607723, Defensora Pública titular da DP junto à 2ª Vara de Família de Itaboraí.

**Art. 3º.** A participação no Grupo de Trabalho não enseja qualquer tipo de remuneração.

**Art. 4º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

Id: 202101624 - Protocolo: 0689714

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

**RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 29 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021**

**ALTERA A RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 28 DE 16 DE JULHO DE 2021 PARA DISCIPLINAR A FASE 3 DO PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS SEDES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL e a CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado;
- a essencialidade do serviço público de acesso à justiça prestado pela Defensoria Pública, sobretudo diante do aumento dos grupos vulneráveis e agravamento de diversas situações de vulnerabilidade, decorrentes da pandemia e de seus impactos socioeconômicos;
- o caráter dinâmico e evolutivo das medidas relacionadas ao enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;
- a obrigatoriedade da adoção de medidas voltadas à contenção da propagação da COVID-19;
- a conveniência de atualização do protocolo com recomendações a serem seguidas pelos órgãos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro;





- o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, ampliando a cobertura vacinal da população fluminense;
- por fim, o que consta no Procedimento SEI nº E-20/001.000284/2021,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º.** Alterar a Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 e, dentre outras providências, estabelecer a **fase 3** do Plano de Retomada das Atividades Presenciais na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a ser iniciada em **25 de outubro de 2021**.

**Art. 2º.** Fica alterada a redação do art. 2º, inciso III da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 para exclusão das lactantes do grupo de risco, da seguinte forma:

"Art. 2º.

III – grupo de risco: pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, com obesidade mórbida, cardiopatas graves (insuficiência cardíaca, infartados, revascularizados, portadoras de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada), pneumopatas graves (dependentes de oxigênio, portadoras de asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica), imunodeprimidas, portadoras de doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5), diabéticas, **gestantes** e as pessoas com deficiência visual."

**Art. 3º.** Fica alterada a redação do art. 9º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 para estabelecer a **fase 3** do Plano de Retomada, nos seguintes termos:

"Art. 9º. As atividades presenciais nas unidades da Defensoria Pública no Estado do Rio de Janeiro serão regulamentadas em fases distintas (fase 1, fase 1 mitigada, fase 2, **fase 3** e fase 4), de acordo com a avaliação do cenário epidemiológico e respectiva classificação pelo Comitê de Gestão de Crise, podendo haver alteração das datas definidas para a implementação, conforme as condições epidemiológicas e informações estratégicas em saúde de cada região de saúde".

**Art. 4º.** Fica alterada a redação do art. 13 da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 para que passe a constar com a seguinte redação:

"**Art. 13.** Na vigência das Fases 1, 1 mitigada e 2, o regime de trabalho presencial das unidades administrativas será estabelecido pelas chefias imediatas, devendo respeitar o limite máximo de 50% (cinquenta por cento)".

**Art. 5º.** Ficam acrescentados os artigos **13-A, 13-B e 13-C** à Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 para estabelecer regramentos específicos referentes à **Fase 3** do Plano de Retomada, com a seguinte redação:

"**Art. 13-A.** São diretrizes da **Fase 3** do Plano de Retomada das Atividades Presenciais na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

**I – Atendimento presencial ao público complementado pelo atendimento remoto;**

**II – Disponibilização obrigatória de agendamento e pauta para atendimento presencial das/os usuárias/os a todos os órgãos da Defensoria Pública, independentemente da aferição se a pessoa a ser atendida dispõe ou não de acesso a recursos tecnológicos;**

**III - Cada Defensora/Defensor Pública/o designada/o, observado o protocolo de distanciamento, fará a escala da sua equipe, a ser enviada à Corregedoria-Geral no prazo previsto no art. 13-B, caput, mantendo-se 70% de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia;**

**IV - Cada Defensora/Defensor Pública/o deverá comparecer presencialmente nos órgãos em que estiver designada/o pelo menos 3 (três) vezes na semana e, havendo acumulação, indicar os dias de comparecimento a cada um dos órgãos na escala a ser apresentada à Corregedoria-Geral;**

**V - O horário de funcionamento presencial dos órgãos se dará conforme expediente fixado na Resolução nº. 896, de 03 de outubro de 2017;**

**VI - Cada sede deverá manter recepção individualizada aberta às/aos usuárias/os nos horários de atendimento.**

§1º. Os agendamentos deverão ser dimensionados em atenção às regras de distanciamento mínimo, escalonados ao longo do horário de funcionamento dos órgãos e registrados na pauta do Sistema Verde, evitando concentração de pessoas no mesmo horário.



§2º. Se o espaço físico do órgão não permitir a presença de 70% da equipe com respeito ao protocolo de distanciamento, é possibilitada a apresentação, com exposição das especificidades, de plano alternativo de rodízio no trabalho presencial, a ser enviado à Corregedoria-Geral no prazo previsto no art. 13-B, *caput*.

**Art. 13-B.** Independentemente da fase em que a Defensoria Pública se encontra, a **escala** deverá conter a tabela de comparecimento presencial das equipes, a ser enviada **mensalmente** à Corregedoria-Geral pelo(a) defensor(a) público(a) designado(a) **até o terceiro dia útil de cada mês**, conforme modelo anexo (Anexo I), contemplando as seguintes informações:

I - Dias e horários de atendimento;

II - Informação nominal dos integrantes escalados com indicação da respectiva função (se estagiário/a, residente, servidor/a ou defensor/a);

§1º. É vedada a previsão do comparecimento exclusivo de estagiária/o e/ou aluna/o-residente sem a supervisão de servidores e/ou Defensores Públicos.

§2º. É vedado o rodízio entre órgãos na escala de comparecimento presencial, ainda que situados no mesmo endereço.

§3º. As equipes das empresas terceirizadas não serão computadas para fins de cálculo do percentual previsto nas respectivas fases.

**Art. 13-C.** O regime de trabalho presencial das unidades administrativas será estabelecido pelas chefias imediatas, devendo respeitar o limite mínimo de 70% (setenta por cento) de pessoas trabalhando presencialmente em cada dia, cujo horário de funcionamento presencial se dará das 8h às 19h."

**Art. 6º.** Fica alterada a redação do art. 14, *caput* da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 14. A **fase 4** se dará com o retorno de todos (as) os (as) defensores (as) públicos (as), servidores (as), residentes e estagiários (as) ao trabalho presencial e sem escala, quando:"

**Art. 7º.** Ficam alterados o *caput* e parágrafo segundo do art. 23 da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, para que passem a constar da seguinte forma:

"Art. 23. Na vigência das **Fases 2 e 3**, fica determinada a retomada aos atendimentos presenciais no interior das unidades prisionais e de socioeducação, se o ambiente disponibilizado atender à regra do art. 4º desta Resolução, sendo o respectivo protocolo elaborado pelas Coordenações de Defesa Criminal, de Infância e Juventude, do NUSPEN e da CDEDICA em conjunto com as(os) defensoras(es) públicas(os) designados, observando-se as peculiaridades de cada unidade de privação de liberdade.

§2º. É permitida a manutenção concomitante dos atendimentos pelas vias remotas já existentes, com vistas a atingir a prestação de assistência jurídica ao maior número de pessoas privadas de liberdade, cabendo às Coordenações compatibilizá-los com os atendimentos presenciais previstos no *caput*, entretanto, na vigência da fase 3, o atendimento remoto será complementar."

**Art. 8º.** À **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em regime de Plantão Noturno e Diurno** permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 19, de 25 de agosto de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 9º.** Aos **Núcleos de Audiências de Custódia – NUDAC** em atuação junto às três Centrais de Audiências de Custódia (Benfica, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda) permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 17, de 03 de agosto de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 10.** Ao **Núcleo do Programa de DNA** permanecem aplicáveis as disposições da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 21, de 15 de outubro de 2020, naquilo que não for incompatível com a presente Resolução.

**Art. 11.** Ficam revogadas as disposições previstas nos incisos IX e §1º do art. 4º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021.

**Art. 12.** Esta Resolução entrará em vigor na data de 25 de outubro de 2021 e vigorará até a divulgação da fase 4 prevista no art. 14 da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, revogadas as disposições em sentido contrário.



Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**KATIA VARELA MELLO**

Corregedora-Geral

**ANEXO I**

(tabela de comparecimento presencial das equipes)

ESCALA PRESENCIAL					
Mês referência:		Ano:		Órgão:	
Dias de atendimento e horários:	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
	Inserir dia do mês e informação nominal dos integrantes escalados com indicação da respectiva função, conforme art. 13-B, incisos I e II				

Id: 202101625 - Protocolo: 0690806

**Decisão de Procedimento Apuratório**

| De 15.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.007733/2020

Em razão do apurado no PAD sob o nº E-20/001.007733/2020 e pelos fatos e fundamentos expostos, **CONHEÇO** do presente **Recurso pelo preenchimento dos requisitos necessários a sua admissibilidade para, NO MÉRITO, NEGAR-LHE provimento, MANTENDO-SE a decisão de APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR DE 01% (um por cento), conforme Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual e artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 no Termos dos Despachos Decisórios 1336 e 2122 (respectivamente, 0645827 e 0674265).**

Id: 202101617 - Protocolo: 0689950

**Ato de Designação**

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.010822/2019

**DESIGNA** a Exma. Defensora Pública Dr<sup>a</sup>. **RENATA TAVARES DA COSTA** para, sem prejuízo de suas atribuições,





atuar perante a 3ª Vara Criminal de Niterói/RJ, em plenário de júri agendado para o dia 23.10.2021 a partir das 13:00hrs, processo nº: 025139-79.2019.8.19.0002, em favor de F.D.S.R.

Id: 202101620 - Protocolo: 0690481

## Conselho Superior - CS

### Pauta de Reunião

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.000145/2018

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONSELHO SUPERIOR

#### EDITAL

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR CONVOCA** os(as) Exmos(as). Srs(as). Defensores(as) Públicos(as) Conselheiros(as) para reunião extraordinária no dia **20.10.2021, às 10 horas**, via remota, com a seguinte ordem do dia:

#### PROCESSOS PARA JULGAMENTO

**E-20/001.005811/2021** (Eleição de Ouvidor- Geral - Recursos). **Requerente:** Presidência do Conselho Superior. **Relatora:** Raphaela Jahara.

Id: 202101618 - Protocolo: 0690294

### Aviso Geral

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.005811/2021

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### CONSELHO SUPERIOR

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR**, no desempenho de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 11, da Deliberação CS/DPGE nº 102, de 24 de julho de 2015, **CONVOCA** os Defensores Públicos a seguir indicados para comporem a Mesa Receptora e Apuradora dos votos da Eleição para formação de lista tríplice para o Cargo de Ouvidor Geral, biênio 2022/2023, que será realizada no dia 25 de outubro do ano em curso, de 10 às 17 horas.

#### DEFENSORES TITULARES:

- Julia Manier;
- Isabela Borba;
- Ana Carolina Carneiro Barde Bezerra;

#### DEFENSOR SUPLENTE:

- Adriana Dias Vasconcelos.





## Corregedoria Geral - CG

### Aviso Geral

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.003399/2021

A **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos Excelentíssimo(a)s Defensore(a)s Público(a)s do Estado do Rio de Janeiro que no dia **28/10/2021, às 14:00 horas**, nas dependências da Corregedoria-Geral, será realizado sorteio público para escolha do **VI Grupo de Órgãos** para realização da III CORREIÇÃO ORDINÁRIA, e no dia **16/11/2021, às 14:00 horas**, nas dependências da Corregedoria-Geral, será realizado sorteio público para escolha dos Órgãos que serão objeto de visita presencial e/ou inspeção por meio eletrônico, que ocorrerão entre os dias **22 e 26 de novembro de 2021**.

Id: 202101623 - Protocolo: 0690941

## Secretaria de Engenharia - SENG

### Ato de Homologação de Licitação

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.008541/2020

Considerando a ata de julgamento referente a Tomada de Preços 001/2021, cujo objeto é a execução de obras e serviços recuperação e reforço estrutural da garagem do prédio sede da DPRJ, ADJUDICO E HOMOLOGO a licitação em favor da sociedade empresária WALE COMERCIO E SERVICOS EIRELI no valor global de R\$ 561.687,05 (quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinco centavos).

Id: 202101622 - Protocolo: 0690066

## Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF

### Ato de Reconhecimento de Dívida

| De 18.10.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.007206/2020

Reconheço a dívida no valor de **R\$ 5.977,32** (cinco mil novecentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos), em favor da BRK AMBIENTAL DE MACAÉ S.A., referente à prestação de serviço de fornecimento de água.

Id: 202101621 - Protocolo: 0690367



## EXPEDIENTE

### DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO RIO DE JANEIRO

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

### 1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

MARCELO LEÃO ALVES

### 2ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

PALOMA ARAÚJO LAMEGO

### ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

MARINA LOWENKRON DE MARTINO TOSTES

### ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO SOCIAL

MARIA CARMEN FERREIRA LEITE MIRANDA DE SA

### ASSESSORIA JURÍDICA

PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE

### CHEFIA DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

### COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

### COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO

ISABELA MONTEIRO MENEZES

### CORREGEDORIA-GERAL

KATIA VARELA MELLO

### DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

JOSE AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

### OUVIDORIA-GERAL

GUILHERME PIMENTEL SPREAFICO BRAGA

### ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO

DENISE FIREMAND OLIVEIRA

LUIS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

### ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL

SONIA MARIA ARRUDA GONÇALVES NUNES

ALESSANDRA PINTO FERNANDES

MARIANA DA ROCHA VIEGAS

### COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

### DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO

ADRIANA SILVA DE BRITTO

### SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MARLON VINÍCIUS DE SOUZA BARCELLOS

### SECRETARIA DE ENGENHARIA

LUCIENE TORRES PEREIRA

### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

### SECRETARIA DE LOGÍSTICA

VIVIANE ALÓ DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

### SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

JULIA CHAVES DE FIGUEIREDO

### SUBCORREGEDORIA-GERAL

SIMONE MARIA SOARES MENDES

## SUMÁRIO

- 2 DEFENSOR PÚBLICO GERAL - DPGE
- 5 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL - 1SUB
- 5 CORREGEDORIA GERAL - CG
- 6 SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC
- 6 COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO - COMOV
- 7 DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR
- 7 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA - COERJ
- 8 SUBCOORDENAÇÃO DE CONCURSO - SUBCON

## ACESSE NOSSOS CANAIS



[www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)



21 97131-4942



[/defensoriapublicariodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicariodejaneiro)



Sede: 21 2332-6224



[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)



[www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line](http://www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line)



[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)



0800 282 2279



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

### **RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1118 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021**

**ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE COMPROVAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO:**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado;
- a essencialidade do serviço público de acesso à justiça prestado pela Defensoria Pública, sobretudo diante do aumento dos grupos vulneráveis e agravamento de diversas situações de vulnerabilidade decorrentes da pandemia e seus impactos;
- o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, ampliando a cobertura vacinal da população fluminense;
- que a vacinação tem se revelado de fundamental importância na proteção contra a infecção e redução das hospitalizações e mortes no país e no mundo, contendo a disseminação da COVID-19;
- o disposto no inciso III, alínea “d”, do art. 3º da Lei Federal nº 13.979/2020;
- o decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.586/DF – Relator Ministro Ricardo Lewandowski, julgada parcialmente procedente, por maioria, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, d, da Lei nº 13.979/2020, cuja decisão proferida no acórdão prevaleceu a seguinte tese de julgamento nos seguintes termos: “(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, porquanto facultada sempre a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas, (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência”
- o disposto no Decreto Municipal (RJ) nº 49.335, de 26.08.2021;
- a decisão monocrática proferida pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, na Suspensão de Tutela Provisória 824, Origem – RJ – Rio de Janeiro, restabelecendo a plena eficácia do Decreto nº 49.335, de 26 de agosto de 2021, do Prefeito do Rio de Janeiro, até ulterior decisão nos autos, bem como a suspensão de toda e qualquer decisão da Justiça de Primeiro e de Segundo grau que afaste a incidência das medidas restritivas previstas no Decreto nº 49.335, de 26 de agosto de 2021, do Prefeito do Rio de Janeiro;
- a publicação do Ato Normativo Conjunto TJ/ 2VP/ CGJ n. 05/ 2021, o qual dispõe sobre as atividades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu respectivo funcionamento em razão do atual quadro da pandemia de COVID-19, estabelecendo, para ingresso, a apresentação de comprovante de vacinação (completa ou com segunda dose ainda a ser aplicada), ou teste PCR negativo, com prazo de 24 (vinte e quatro) horas,



sendo certo que 42% dos órgãos da Defensoria Pública estão localizados dentro das dependências do Tribunal de Justiça;

- o que consta nos autos do processo nº E-20/001.000284/2021,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Para a promoção de um ambiente seguro, todos os integrantes e usuários/as externos/as deverão apresentar comprovante de vacinação contra a COVID-19 para ingresso e permanência nas dependências da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro situadas em sedes próprias ou em prédios de outras instituições ou poderes.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, será exigida a **comprovação do esquema vacinal completo** (dose única, duas doses ou terceira dose, se for o caso) ou **uma dose para aqueles que estão aguardando o prazo para segunda dose**, observado o cronograma vacinal instituído pelos órgãos competentes.

**Art. 2º.** Para **atendimento presencial dos/as usuários/as externos/as**, será exigida comprovação **a partir do dia 10 de novembro de 2021**.

Parágrafo único. As equipes dos órgãos de atuação deverão informar as/os usuárias/os já pautadas/os para atendimento presencial sobre a necessidade de apresentar comprovante de vacinação contra a COVID-19.

**Art. 3º.** As/os usuárias/os externas/os que não apresentarem comprovante de vacinação ou não tenham se vacinado contra a COVID-19 deverão ser encaminhadas/os para atendimento remoto, complementar ao atendimento presencial.

**Art. 4º.** As equipes dos órgãos de atuação, quando for possível, deverão auxiliar as/os usuárias/os externas/os na obtenção do comprovante da vacinação.

**Art. 5º.** Os **integrantes da Defensoria Pública** deverão apresentar o comprovante vacinal ou relatório médico justificando o óbice à imunização, da seguinte forma:

I - Defensoras/es, servidoras/es e residentes deverão realizar a comprovação, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação da presente Resolução, encaminhando a documentação a que se refere o *caput*, em pdf, ao NUPMED, por intermédio do e-mail [comprovantevacinal@defensoria.rj.def.br](mailto:comprovantevacinal@defensoria.rj.def.br);

II - Estagiárias/os deverão realizar a comprovação, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação da presente Resolução, encaminhando a documentação a que se refere o *caput*, em pdf, ao CIEE, agente de integração, por intermédio do e-mail [postodefensoria@cieerj.org.br](mailto:postodefensoria@cieerj.org.br);

III - Colaboradoras/es terceirizadas/os deverão realizar a comprovação, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação da presente Resolução, encaminhando a documentação a que se refere o *caput* à empresa terceirizada.

Parágrafo único. As/os novas/os estagiárias/os e residentes deverão, no ato da contratação, realizar a comprovação a que se refere o art. 5º.

**Art. 6º.** Defensoras/es, servidoras/es e residentes que não apresentarem comprovante de vacinação ou relatório médico justificando o óbice à imunização no prazo estipulado no art. 5º, ou que voluntariamente optarem por não se submeter à vacinação contra a COVID-19, por qualquer motivo, deverão encaminhar, **semanalmente**, teste RT-PCR, em pdf, ao NUPMED, por intermédio do e-mail [comprovantevacinal@defensoria.rj.def.br](mailto:comprovantevacinal@defensoria.rj.def.br).

§1º. Na hipótese de não apresentação, no prazo assinalado no art. 5º, do comprovante vacinal ou relatório médico justificando o óbice à imunização ou, ainda, do teste RT-PCR semanal por Defensora/Defensor ou servidora/servidor, o NUPMED deverá comunicar ao Defensor Público-Geral, que cientificará a Corregedoria-Geral.

§2º. Na hipótese de não apresentação, no prazo assinalado no art. 5º, do comprovante vacinal ou relatório médico justificando o óbice à imunização ou, ainda, do teste RT-PCR semanal por residente, o NUPMED deverá comunicar à Coordenadoria Geral do Estágio e da Residência Jurídica.

**Art. 7º.** Serão considerados válidos para os fins comprobatórios de vacinação contra a COVID-19, juntamente com documento de identidade com foto, as anotações constantes dos seguintes documentos oficiais:



DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 203 / 2021

Publicação: Sexta-Feira, 5 de Novembro de 2021

I - certificado de vacinação digital, emitido pelo aplicativo Conecte SUS, do Ministério da Saúde;

II - comprovante/caderneta/cartão de vacinação impresso em papel timbrado, emitido no momento da vacinação por instituição governamental nacional ou estrangeira ou institutos de pesquisa clínica.

**Art. 8º.** Os (as) usuários (as) externos (as) serão **atendidos presencialmente, ainda que sem comprovação da vacinação**, nas seguintes hipóteses:

I – Pessoas excluídas digitais, que não disponham de acesso a recursos tecnológicos, impossibilitando a realização de atendimento por via remota;

II – Pessoas em condição de extrema vulnerabilidade, a ser aferida pelo(a) defensor(a) público(a);

III – Os casos urgentes que não puderem aguardar atendimento na modalidade remota, sob pena de perecimento, risco de grave lesão a direito ou de difícil reparação;

IV – Pessoas que não puderem se vacinar contra a COVID-19 por contraindicação explícita da aplicação das vacinas conforme Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde ou indicação médica específica devidamente justificada, mediante apresentação de relatório médico justificando o óbice à imunização;

V – Pessoas não vacinadas que apresentem teste RT-PCR negativo, com prazo de 72h (setenta e duas horas);

VI – Pessoas egressas do sistema prisional que declarem ter sido vacinadas no sistema penitenciário;

VII – Atendimento na Defensoria Pública junto aos Plantões Diurno e Noturno.

**Art. 9º.** Caberão às recepções o controle da entrada do público nas dependências da Defensoria Pública, mediante apresentação de comprovante vacinal juntamente com documento oficial com foto ou do relatório médico que demonstre o óbice à vacinação.

**Art. 10.** Os termos desta Resolução não afastam a necessidade de observância dos protocolos de segurança sanitária para prevenção à disseminação da COVID-19 previstos no art. 4º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, com redação dada pela Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 29 de 18 de outubro de 2021.

**Art. 11.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

Id: 202101714 - Protocolo: 0702414

## Ato de Designação

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.010822/2019

**DESIGNA** os Exmos. Defensores Públicos **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL** e **CLARA RAFAELA PRAZERES BRAGANÇA** para atuarem de forma presencial na “DEFENSORIA PÚBLICA EM AÇÃO COM A POLICIA MILITAR”, que será realizada no dia 30.10.2021, sábado, no BEP – Unidade Prisional, Alameda São Boaventura, nº 773, Fonseca, Niterói de 9h às 15h.

**DESIGNA** os Exmos. Defensores Públicos **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, **THAIS DE MOURA SOUZA E LIMA**, **ANA CRISTINA DUARTE SILVA COSTA** e **FABIO AMADO BARRETO** para atuarem de forma presencial na “DEFENSORIA PÚBLICA EM AÇÃO COM O CORPO DE BOMBEIROS”, que será realizada no dia 05.11.2021, sexta-feira, no Complexo de Ensino e





DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 203 / 2021

Publicação: Sexta-Feira, 5 de Novembro de 2021

Instruções Coronel Sarmento, Av. Brasil, nº 23800, Guadalupe, de 9h às 15h.

Id: 202101709 - Protocolo: 0702060

**Referência:** Processo nº E-20/001.010822/2019

DESIGNA o Exmo. Defensor Público **CRISTIANO MOTTA PEREIRA** para atuar no Plantão Especial do Juizado do Torcedor, nas dependências do Estádio São Januário, no dia 29.10.2021, sexta-feira, às 21:30 horas, em razão do Campeonato Brasileiro Série B - 2021.

Id: 202101712 - Protocolo: 0702304

## 1º Subdefensor Público Geral - 1SUB

### Ato de Deferimento

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.004817/2021 - Interessado(a): PAULA CASTELLO BRANCO CAMARGO, matrícula: 9696022

Considerando o despacho NUAF 0699022, **CONCEDO** 06 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período base de **28/12/2010 a 26/12/2015 e de 27/12/2015 a 24/12/2020**, nos termos do art. 120, da Lei Complementar nº 06, de 12.05.77.

Id: 202101710 - Protocolo: 0701916

**Referência:** Processo nº E-20/10329/2000 - Interessado(a): MARIE-CLAIRE ALBERICH BOURGEOIS, matrícula: 8178832

Considerando o despacho NUAF 0699269, **CONCEDO** 06 (seis) meses de licença prêmio relativa aos períodos base de **05/12/2009 a 03/12/2014 e de 04/12/2014 a 02/12/2019**, nos termos do art. 120, da Lei Complementar nº 06, de 12.05.77 e **TORNO SEM EFEITO** os períodos-base presentes nos despachos de 22/11/2005 e 29/09/2014, publicados no D.O. de 08/12/2005 e de 08/10/2014, fixando-se os períodos base de **08/12/1999 a 05/12/2004 e de 06/12/2004 a 04/12/2009**.

Id: 202101710 - Protocolo: 0701967

**Referência:** Processo nº E-20/10081/2009 - Interessado(a): VIVIANE DE CARVALHO ROSA, matrícula: 8774069

Considerando o despacho NUAF 0699628, **CONCEDO** 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período base de **19/03/2012 a 17/03/2017**, nos termos do art. 120, da Lei Complementar nº 06, de 12.05.77 e **TORNO SEM EFEITO** o período-base presente no despacho de 20/07/2012, publicado no D.O. de 15/08/2012, fixando-se o período base de **21/03/2007 a 18/03/2012**.

Id: 202101710 - Protocolo: 0701978

**Referência:** Processo nº E-20/001.006058/2021 - Interessado(a): MANUEL GUIJARRO SANCHEZ FILHO, matrícula: 8967952

Considerando o Despacho NUAF 0699716, **CONCEDO** 09 (nove) meses de licença prêmio relativos aos períodos base de **10/12/2003 a 07/12/2008, 08/12/2008 a 06/12/2013 e 07/12/2013 a 05/12/2018**, nos termos do art. 120 da Lei Complementar nº 06 de 12.05.77.

Id: 202101710 - Protocolo: 0701993

**Referência:** Processo nº E-20/12528/2009 - Interessado(a): MARIA JÚLIA REBOUÇAS DABUL, matrícula: 8363038

Considerando o Despacho NUAF 0699681, **CONCEDO** 03 (três) meses de licença prêmio relativos ao período base de **06/12/2013 a 04/12/2018**, nos termos do art. 120 da Lei Complementar nº 06 de 12.05.77 e **TORNO SEM EFEITO** os períodos base presentes nos despachos de 16/12/2009 e 04/09/2017, publicados nos D.Os. de 22/12/2009 e de 21/09/2017, fixando-se os períodos base de **10/12/1998 a 08/12/2003, 09/12/2003 a 06/12/2008, 07/12/2008 a 05/12/2013**.

Id: 202101710 - Protocolo: 0702005





## Corregedoria Geral - CG

### Aviso Geral

| De 03.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.003399/2021

A **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos Excelentíssimo(a)s Defensore(a)s Público(a)s do Estado do Rio de Janeiro que a visita presencial e/ou inspeção por meio eletrônico aos Órgãos do **VI Grupo: Capital-B** (Plantão Noturno, Cível, Auditoria Militar, VEP, Empresarial, Família, Fazenda Pública, Juizado Fazendário, Órfãos e Sucessões e Juizado Especial Cível), ocorrerão nos dias **22, 23, 29 e 30 de novembro e 01 dezembro de 2021**.

Id: 202101707 - Protocolo: 0700649

## Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

### Extrato de Termo Aditivo

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001/2645/2017

**INSTRUMENTO:** 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2017

**PARTES:** DPRJ E ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA

**OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência por 12 meses, sem renúncia de reajuste, do Contrato nº 043/2017, relativo a prestação de serviços de suporte técnico e atualização do produto Oracle, com fundamento no art. 57, inciso II, e art. 55 inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Cláusula Décima Primeira do contrato.

**VALOR DO TERMO ADITIVO:** R\$ 198.403,14 (cento e noventa e oito mil, quatrocentos e três reais e catorze centavos)

**DATA DA ASSINATURA:** 04/11/2021

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de 15 de janeiro de 2022

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-20/001/2645/2017

Id: 202101715 - Protocolo: 0702550

## Coordenação de Movimentação - COMOV

### Ato de Deferimento

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/10693/2001 - Interessado(a): MARIA JÚLIA REBOUÇAS DABUL, matrícula: 8363038

Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de MAIO de 2022, e excluo a requerente da tabela.

Id: 202101716 - Protocolo: 0702460





**Referência:** Processo nº E-20/001/2635/2016 - Interessado(a): RICARDO DE MATTOS PEREIRA FILHO, matrícula: 30895536

Considerando que o Requerente se encontra na Subcoordenação do NUTH, não havendo prejuízo para o serviço público, nem para a elaboração do mapa de movimentação, **DEFIRO** o gozo de férias no dia 07.01.2022.

Id: 202101716 - Protocolo: 0702488

**Referência:** Processo nº E-20/10906/2000 - Interessado(a): GABRIELA DE ALMEIDA CALOMENI, matrícula: 8527525

Diante do requerido, **ACOLHO** o pedido de CANCELAMENTO de férias no período de 16.11.2021 a 21.11.2021, e excludo a Requerente da tabela de afastamentos no mencionado, podendo gozá-las oportunamente.

Id: 202101716 - Protocolo: 0702473

## Diretoria-Geral do Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR

### Ato de Designação

| De 04.11.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.005915/2021

**DESIGNA**, sem prejuízo de suas atribuições, como membro da comissão de acompanhamento e fiscalização da contratação celebrada entre a DPRJ e **CAPACITY TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.133.018/0001-27, as servidoras **MILKA MARIA DOS SANTOS**, matrícula 30949341, **CAROLINNE NATTAMILA DE OLIVEIRA SOUZA FERREIRA**, matrícula 30947915 e **MARIANA SANTIAGO DE AZEVEDO**, matrícula 30787105, para atuarem como fiscais; e **ÉRICA SOUZA FREIRE**, matrícula nº 30951081, atuando como gestora do contrato. Todas referentes ao processo administrativo E-20/001.005915/2021.

Id: 202101711 - Protocolo: 0698151

## Coordenação de Estágio e Residência jurídica - COERJ

### Ato de Admissão de Residente Jurídico

| De 04.11.2021

#### ATO DE ADMISSÃO DE RESIDENTE JURÍDICO

**Referência:** Processo nº E-20/001.004449/2021

**O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nas Resoluções DPGE nº 808, de 4 de janeiro de 2016 e DPGERJ nº 1.083/2021, de 17 de março de 2021, **ADMITE** os bacharéis de Direito abaixo listados, aprovados no 4º exame de seleção de candidatos ao programa de residência jurídica, homologado no dia 17.06.2021, os quais deverão atuar junto aos órgãos da Defensoria Pública conforme designação da Coordenação de Estágio e Residência Jurídica:

#### DATA DE NOMEAÇÃO

05/11/2021

(REGIÃO 1)

LAYS MOREIRA SANT'ANA

(REGIÃO 12)





PAULA VIANNA MELLO

Id: 202101708 - Protocolo: 0701598

## Subcoordenação de Concurso - SUBCON

### Aviso Geral

| De 04.11.2021

A COORDENAÇÃO DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Deliberação 140 de 16 de novembro de 2020, faz saber os resultados definitivos das provas escritas específicas realizadas nos dias 11, 13 e 15 de agosto de 2021.

**Lista Resultado Definitivo Prova Escrita Específica - inscrição**

<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/a662b71820a54e9ba786fcb9f63d06c5.pdf>

**Lista Resultado Definitivo Prova Escrita Específica - Habilitados**

<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/805f20ea5c04476d95873255b4c566a3.pdf>

**Lista Resultado Definitivo Prova Escrita Específica - Candidatos Hipossuficiente**

<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/bcbcd8c58ce4915b10dfcdbaf621395.pdf>

**Lista Resultado Definitivo Prova Escrita Específica - Candidatos Negros e Indígenas**

<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/da6911553f154979915898b8ac7ac6b3.pdf>

**Lista Resultado Definitivo Prova Escrita Específica - Candidatos com deficiência**

<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/f00c05cb71d84d81805c6dec348323db.pdf>

Id: 202101717 - Protocolo: 0702594

A COORDENAÇÃO DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO faz saber aos interessados, nos termos do art. 60 do regulamento do concurso, a relação geral das notas das Provas Escritas dos(as) candidatos(as) habilitados(as) a prestar as Provas de Sustentação Oral, a serem realizadas de 06 a 12 de dezembro de 2021 na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - Av. Marechal Câmara, nº 314, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ).

**AVISA**, outrossim, que, no período de 08 a 17 de novembro, os(as) candidatos(as), abaixo indicados(as), deverão apresentar o requerimento de **INSCRIÇÃO DEFINITIVA** através do link disponibilizado no site do concurso (<https://conhecimento.fgv.br/concursos/dpgerj2021>), instruído com os documentos previstos nos arts. 30 e 31 da Deliberação CS/DPGE nº 140/2020.

119001503	Alexandre Fernandes Silva
119003662	Alexandre Marinho Vilela Dos Santos
119001191	Alice Moras Carpinetti
119000663	Alice Teodosio Dos Santos Cardozo





119005313	Amanda Alberoni Gabetto
119000063	Ana Beatriz Da Costa Chaves
119000163	Ana Beatriz Pereira Robalinho
119001449	Ana Clara Cardoso Correia
119013680	Ana Luisa Araujo Moraes
119003003	Anne Caroline Nascimento Da Silva
119002549	Ariadne Oliveira E Costa
119004034	Beatriz Machado Comodo
119000463	Beatriz Miranda Macedo
119008662	Bruna Duque Estrada Santos
119007314	Bruna Fernandes Da Silva Avelino
119000085	Carla Sertã Padilha
119001962	Carlos Eder Gervásio Lessa
119000153	Carlos Pietro Garcia De Araújo Paim
119006152	Carolina De Azevedo Tatagiba Lannes
119003918	Carolina Hennig Gomes
119000660	Carolina Valente Fernandes
119000098	Caroline Correia Kruger
119000880	Dandara Ferreira Barros
119000111	Daniela Monteiro Vieira
119003785	Danielle Da Silva Bastos
119005683	David De Vasconcelos Silva
119000764	Erick De Figueiredo Maia
119002298	Felipe De Mattos Takayassu
119000724	Fernanda Farah Barbosa Da Silva Galvão
119001510	Fernanda Manteca Guimarães
119003213	Gabriel Santos Rios



119004365	Gabrielle Aguilár De Rezende
119002264	Gerson Martins Lavor
119003522	Hélder José Campos Pereira Da Rocha Moreira
119003040	Isabella Gribel Carneiro
119000056	Jamila Santos Reis Dalmeida
119001657	Jean Rodrigues
119007899	Joana Maria Santanna Santos
119013416	João Pedro De Mendonça Horta
119005596	Juliana Carestato Da Silva
119012971	Juliana Coutinho Almeida De Souza
119001379	Juliana Rodrigues Riscado
119010355	Juliana Sobral Chicrala
119000668	Leticia Rocha Vicente Coelho
119004174	Lucas Aparecido Alves Nunes
119004215	Lucas Do Vale Pattitucci
119000648	Luciana Candido De Mello
119011402	Luciana De Souza Roscoe
119003819	Luísa Alvim Monteiro De Paula
119002614	Luiza Bandeira De Andrade
119000132	Luiza Leite Vanzin
119005239	Marcelo José Cruz Paiva Junior
119005232	Mariana Sanguedo Baptista
119004995	Marianna Féres Boroto
119000567	Matheus Frantz Bruel
119000323	Monique Lacerda Müller Narde
119000408	Natália Gaspar De Souza
119001179	Natália Rodrigues Martins Dutra





119003941	Nathalia Nunes Fernandes
119004596	Nayara Santiago Lopes
119000649	Paula Antunes Paes Fernandes Sena
119011996	Pedro Castello Branco Costa
119008266	Pedro Henriques Salles Ribeiro
119009153	Pedro Paulo Gouvea De Souza
119005799	Rafaela Mazeliah Leal Ensenat
119000334	Raquel De Oliveira Penna Lopes Pinheiro
119004087	Renata Jardim Da Cunha Rieger
119000966	Rita De Cássia Gomes Santos
119000356	Roberto Montenegro Felipetto
119004459	Sofia Glasherster
119001652	Sylvia Batista Bastos
119007506	Tatiana Loureiro Baptista
119001877	Thainá Larissa Batista Do Nascimento
119008004	Victor Ribeiro Nogueira

Id: 202101718 - Protocolo: 0702224

**A COORDENAÇÃO DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** CONVOCA os(as) candidatos(as) abaixo indicados(as) para a realização da entrevista com a Comissão Especial de Avaliação das autodeclarações de pertencimento a população negra que serão realizadas na sede da Defensoria Pública, situada na Avenida Marechal Câmara, nº 314, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ), no dia 10 de novembro de 2021, às 10h00min.

119003662	Alexandre Marinho Vilela Dos Santos
119000663	Alice Teodosio Dos Santos Cardozo
119003003	Anne Caroline Nascimento Da Silva
119007314	Bruna Fernandes Da Silva Avelino
119001962	Carlos Eder Gervásio Lessa
119000880	Dandara Ferreira Barros
119003785	Danielle Da Silva Bastos





119005683	David De Vasconcelos Silva
119004365	Gabrielle Aguiar De Rezende
119000056	Jamila Santos Reis Dalmeida
119007899	Joana Maria Santanna Santos
119012971	Juliana Coutinho Almeida De Souza
119001379	Juliana Rodrigues Riscado
119000668	Leticia Rocha Vicente Coelho
119002614	Luiza Bandeira De Andrade
119005239	Marcelo José Cruz Paiva Junior
119001179	Natália Rodrigues Martins Dutra
119000649	Paula Antunes Paes Fernandes Sena
119000334	Raquel De Oliveira Penna Lopes Pinheiro
119000966	Rita De Cássia Gomes Santos
119001877	Thainá Larissa Batista Do Nascimento
119008004	Victor Ribeiro Nogueira

Id: 202101719 - Protocolo: 0702301



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 11.01.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

### **RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 31 DE 11 DE JANEIRO DE 2022**

**ALTERA A RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 28 DE 16 DE JULHO DE 2021, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 29 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021, PARA ATUALIZAR AS ORIENTAÇÕES DE MONITORAMENTO INTERNO DOS CASOS DE COVID-19 NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL e a CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais,

#### CONSIDERANDO

- o caráter dinâmico e evolutivo das medidas relacionadas ao enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;
- a obrigatoriedade da adoção de medidas voltadas à contenção da propagação da COVID-19;
- a conveniência de atualização do protocolo com recomendações a serem seguidas pelos órgãos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro;
- as recentes orientações expedidas pelo Ministério da Saúde acerca do isolamento;
- a necessidade de reforçar as diretrizes já vigentes na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- por fim, o que consta no Procedimento SEI nº E-20/001.000284/2021,

#### RESOLVEM:

**Art. 1º.** Alterar a Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, com redação dada pela Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 29 de 18 de outubro de 2021 para atualizar as orientações de monitoramento interno dos casos de Covid-19, tendo em vista as recentes orientações expedidas pelo Ministério da Saúde acerca do isolamento.

**Art. 2º.** Fica alterada a redação do art. 8º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, para que passe a constar com a seguinte redação:

#### “Capítulo III

##### **Do monitoramento interno dos casos de Covid-19**

**Art. 8º.** Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para monitoramento interno dos casos de Covid-19:

**Parágrafo primeiro.** Se a(o) integrante da Defensoria Pública realizar testagem (RT-PCR ou teste rápido de antígeno) para Covid-19 com resultado positivo, deverá comunicar de imediato o fato à Corregedoria-Geral ou à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica, na forma do parágrafo quarto, e permanecer em isolamento e trabalho remoto de acordo com os seguintes parâmetros:

I – por 7 (sete) dias nos casos sintomáticos em que não forem apresentados sintomas respiratórios, febre e uso de antitérmico nas últimas 24 (vinte e quatro) horas anteriores, desde que o/a integrante tenha realizado nova testagem no 7º dia com resultado negativo como condição para deixar o isolamento e retornar ao trabalho presencial;

II – por 10 (dez) dias nos casos sintomáticos que tenham resultado positivo ao realizar a testagem no 7º dia, sendo o período contado a partir do início dos sintomas, de modo que a liberação do isolamento está condicionada, ainda, a não apresentação de sintomas respiratórios e febre, e sem o uso de antitérmico, há pelo menos 24h;

III – por 10 (dez) dias nos casos sintomáticos em que não forem apresentados sintomas respiratórios, febre e uso de antitérmico nas últimas 24 (vinte e quatro) horas anteriores, não sendo necessária a realização de nova testagem;

IV – por 5 (cinco) dias no caso dos/as integrantes assintomáticos/as, a contar da realização do teste, desde que o/a integrante tenha realizado nova testagem no 5º dia com resultado negativo, sendo que a liberação do isolamento está condicionada, ainda, a não apresentação de sintomas respiratórios e febre, e sem o uso de antitérmico, há pelo menos 24h;

V – por 7 (sete) dias no caso dos/as integrantes assintomáticos/as, sem a necessidade de apresentar novo teste para a liberação do isolamento, a qual está condicionada, ainda, a não apresentação de sintomas respiratórios e febre, e sem o uso de antitérmico, há pelo menos 24h.





VI - por 10 (dez) dias no caso dos/as integrantes assintomáticos/as, a contar da realização do teste, nas hipóteses em que o/ integrante tenha realizado nova testagem no 5º dia com resultado positivo, sendo que a liberação do isolamento está condicionada, ainda, à não apresentação de sintomas respiratórios e febre, e sem o uso de antitérmico, há pelo menos 24h;

**Parágrafo segundo.** Deverá permanecer em isolamento e trabalho remoto pelo período de 5 (cinco) dias quem mantiver contato próximo e prolongado com qualquer pessoa que tenha testado positivo para a Covid-19, contado o afastamento a partir do último dia de contato, devendo o fato ser comunicado de imediato à Corregedoria-Geral ou à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica.

**Parágrafo terceiro.** Os/as integrantes que apresentarem sintomas e não tiverem a possibilidade de realizar a testagem (RT-PCR ou teste rápido de antígeno) deverão comunicar o fato à Corregedoria-Geral ou à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica, na forma do parágrafo quarto, permanecendo em isolamento e trabalho remoto pelo período de 10 (dez) dias a contar do início dos sintomas, sendo que a liberação do isolamento está condicionada a não apresentação de sintomas respiratórios, febre e uso de antitérmico nas últimas 24 (vinte e quatro) horas anteriores.

**Parágrafo quarto.** As comunicações a que se referem os parágrafos primeiro e terceiro deste dispositivo deverão ser efetuadas à Corregedoria-Geral, nos casos dos/as defensoras/es e servidoras/es e, tratando-se de estagiárias(os) ou residentes, à Coordenação do Estágio e Residência Jurídica.

**Parágrafo quinto.** Ratifica-se a importância da permanência das medidas não farmacológicas e da observância dos protocolos de segurança sanitária, principalmente o uso de máscaras para a prevenção da COVID-19.”

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2022.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**KATIA VARELA MELLO**

Corregedora-Geral

Id: 202200067 - Protocolo: 0758039

## Ato de Exoneração

| De 10.01.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.009663/2021

**EXONERA**, a pedido, e com validade a contar de 20/12/2021, **JORGE LUIS DO AMARAL DE SOUZA**, matrícula nº 30318208, do cargo DAS-7 (SECRETÁRIO), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 202200058 - Protocolo: 0753168

**Referência:** Processo nº E-20/001.009890/2021

**EXONERA**, com validade a contar de 24/12/2021, **LUCIENE DA SILVA FERREIRA**, matrícula nº 30330393, ASSISTENTE, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 202200058 - Protocolo: 0753974

**Referência:** Processo nº E-20/001.010183/2021

**EXONERA**, a pedido e com validade a contar de 21/12/2021, **ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 30952808, do cargo de Analista Processual, do Quadro Permanente da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 202200058 - Protocolo: 0753237

## Ato de Nomeação

| De 10.01.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.004409/2021

**NOMEIA**, com validade a contar de 10/01/2022, conforme os parâmetros indicados pelo Parecer nº. 01/2016 – CGRYN da Procuradoria Geral do Estado, **DAVID NUNES CARDOSO**, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO - TELECOMUNICAÇÕES**, símbolo **DAI-4**, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente ocupado por **CARLOS ALBERTO DE PAULA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 30910368.

Id: 202200059 - Protocolo: 0756672

## Aviso Geral

| De 11.01.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.000290/2021

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, tendo em vista o constante nos autos dos processos nº E-20/001.002293/2020, nº E-20/001.005378/2020 e nº E-20/001.000290/2021 (processos de acompanhamento da retomada das atividades presenciais nas sedes da Defensoria Pública), bem como o disposto no Despacho Decisório 63 (SEI nº 0757877), faz saber que o **Comitê de Gestão de Crise deliberou juntamente com a Corregedoria-Geral e decidiu SUSPENDER as atividades presenciais entre os dias 10 a 14 de janeiro de 2022 nos seguintes órgãos:**





## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 22.03.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

### **RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 32 DE 22 DE MARÇO DE 2022**

**ALTERA A RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL Nº 28 DE 16 DE JULHO DE 2021 PARA TORNAR FACULTATIVO O USO DE MÁSCARA FACIAL NAS DEPENDÊNCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL** e a **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado;
- a essencialidade do serviço público de acesso à justiça prestado pela Defensoria Pública;
- o caráter dinâmico e evolutivo das medidas relacionadas ao enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;
- o atual cenário epidemiológico que denota estabilização do número de casos de COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro;
- o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, ampliando a cobertura vacinal da população fluminense;
- os registros epidemiológicos da 73ª edição do Mapa de Risco da Covid-19;
- os atos normativos municipais estabelecendo o uso facultativo das máscaras em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- ausência de aumento na taxa de positividade para os testes de Covid-19 no âmbito da Defensoria Pública no período "pós carnaval";
- por fim, o que consta no Procedimento SEI nº E-

20/001.000284/2021.

#### **RESOLVEM:**

**Art. 1º.** Alterar a Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021 para tornar facultativo o uso de máscara facial nas dependências dos órgãos administrativos e dos órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º.** Fica revogada a disposição prevista no inciso II do art. 4º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021.

**Art. 3º.** Fica alterada a redação do art. 5º da Resolução Conjunta DPGERJ/Corregedoria-Geral nº 28 de 16 de julho de 2021, nos seguintes termos:

**Art. 5º.** Fica **facultado** o uso de máscaras faciais para o acesso e permanência de pessoas nas dependências da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo da **recomendação** do seu uso por pessoas imunodeprimidas, com comorbidades de alto risco e idosos.

**Art. 5º-A.** Permanece **obrigatório** o uso de máscara facial para os (as) usuários(as) da Defensoria Pública que apresentem sintomas de síndrome gripal.

**§1º** Em relação aos integrantes da instituição que apresentem sintomas de síndrome gripal, permanecem válidas as disposições do artigo 8º, da Resolução Conjunta DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL nº 28 de 16 de junho de 201, com redação dada pela Resolução Conjunta DPGERJ/CORREGEDORIA-GERAL nº 31 de 11 de janeiro de 2022.

**Art. 4º.** Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**KATIA VARELA MELLO**

Corregedora-Geral

Id: 202200452 - Protocolo: 0807949

### Ato de Designação

| De 22.03.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.002882/2022





## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 04.07.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.007107/2022

### **RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1163 DE 04 DE JULHO DE 2022**

**REVOGA A RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1118 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE COMPROVAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no exercício de suas atribuições legais,

#### **CONSIDERANDO:**

- que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado;

- a essencialidade do serviço público de acesso à justiça prestado pela Defensoria Pública;

- o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, com elevada cobertura vacinal da população fluminense com mais de 12 anos, contabilizando-se na data de hoje 89% de já vacinados completamente, com as duas doses ou dose única;

- a publicação da PORTARIA GM/MS Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022 do Ministério da Saúde, que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Corona vírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020;

- que o Decreto nº 47.870 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 renovou até 01 de julho de 2022 o estado de calamidade pública em virtude da situação de emergência decorrente do (COVID-19), reconhecido pela Lei Estadual nº 8.794/2020, sem renovação até o

presente momento;

- a publicação do Decreto Estadual/RIO nº 50672 de 25 de abril de 2022, que revogou o Decreto Rio nº 49.894, de 1º de dezembro de 2021 e o art. 1º, do Decreto Rio nº 50.308, de 7 de março de 2022, revogando a obrigatoriedade de passaporte vacinal em razão do cenário epidemiológico atual favorável, considerando o encaminhamento técnico nº 7, constante do sumário executivo da 25ª Reunião do Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19 - CEEC Prefeitura do Rio de Janeiro, realizada no dia 25 de abril de 2022 (recomenda a suspensão temporária da obrigatoriedade de passaporte vacinal);

- o caráter dinâmico e evolutivo das medidas relacionadas ao enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;

- o atual cenário epidemiológico, que aponta para a manutenção do cenário de estabilidade, com queda do número de casos leves, casos graves e óbitos,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica revogada a RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1118 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021, que estabeleceu a obrigatoriedade de comprovação da vacinação contra a COVID-19 para ingresso e permanência nas dependências da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2022.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

Id: 202201057 - Protocolo: 0898322

### Ato de Deferimento

| De 01.07.2022

**Referência:** Processo nº E-20/12351/2008 - Interessado(a): ELISON TEIXEIRA DE SOUZA, matrícula: 2571891

Considerando o Despacho Decisório 0820319 e o Despacho NUDIR 0793078, FICA CONCEDIDO o BENEFÍCIO DE PERMANÊNCIA equivalente a 25% do total de seus vencimentos e demais vantagens a que fizer jus, com validade a contar de **16.12.2013**, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 4.596 de 16 de setembro de 2005.

Id: 202201042 - Protocolo: 0893543

**Referência:** Processo nº E-20/001.007873/2021 - Interessado(a): MARIA DE FATIMA ABREU MARQUES DOURADO,

